



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
11ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA
ATOrd 0001420-52.2016.5.17.0011
RECLAMANTE: JOCIMAR LOUREIRO VENANCIO
RECLAMADO: TAXI EXPRESSO LTDA - ME E OUTROS (2)

EDITAL DE LEILÃO

O (A) MM (a). Juiz(a) da 11ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, FAZ SABER que no dia **04/08/2025, às 15 horas**, o leiloeiro público oficial, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público e pregão os bens abaixo relacionados, para alienação por maior lance, nos termos do § 1º do art. 888 da CLT e, não havendo licitante, fica desde já designado o dia **19/08/2025, também às 15 horas**, para realização do segundo leilão, na modalidade ELETRÔNICA.

Os interessados deverão se cadastrar previamente no site www.suedpeterleiloes.com.br e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, conforme as normas estabelecidas no site do leiloeiro.

Descrição do(s) bem(ns):

Imóvel de 2º andares, lote de número 27, quadra 7, loteamento Cobilândia, com área de 355,00m², matriculado sob nº 2322, no cartório do 1º ofício da 2ª Zona de Vila Velha-ES.

Valor da avaliação: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), avaliado em 05/02/2025.

Localização do(s) bem(ns): Imóvel de 2º andares, lote de número 27, quadra 7, loteamento Cobilândia, com área de 355,00m², matriculado sob nº 2322, no cartório do 1º ofício da 2ª Zona de Vila Velha-ES.

Obs: O imóvel está abandonado sem a possibilidade de ver seu interior, conforme auto de penhora de id f5bfc63, abaixo:


 PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 JUSTIÇA DO TRABALHO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

PROCESSO Nº 1420/2016 VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA/ES
 Exequente: Jornal Gaúcho Verano
 Executado(a): Taxi Expresso Ltda - ME e outros (2)
 Valor da Execução: R\$ não informado no mandado

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 04 dias do mês de 02 do ano de dois mil e 2025, em
 cumprimento ao mandado expedido pelo(a) MM. Dr(a). Juiz(a) Presidente da Vara do Trabalho de
 Vitória, dirigi-me a endereço citado, e sendo aí, procedi à **PENHORA E AVALIAÇÃO** dos
 bens a seguir enumerados:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM REAIS)
<u>Um imóvel de dois andares com</u>	
<u>meios cinzas altos, painéis de ferro</u>	<u>250.000,00</u>

Valor da execução: R\$ 76.905,17 (setenta e seis mil novecentos e cinco reais e dezessete centavos).

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante ao leiloeiro, além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O depósito a ordem do Juízo deverá ser efetuado pelo leiloeiro, além da prestação de contas nos termos do art. 705 do CPC. Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação que cancelem a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente.

Quando se tratar de bens móveis, fica o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. O local para onde serão removidos os bens deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

A executada não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

A secretaria fornecerá guia própria para o depósito judicial do valor da arrematação.

Ficam desde já intimados da realização do leilão.: o(a)(s) JOCIMAR LOUREIRO VENANCIO e seus cônjuges se casado(a)(s) for(em), o Advogado do RECLAMANTE: WILLIAN SOARES DE JESUS, bem como RECLAMADO: TAXI EXPRESSO LTDA - ME, MARIA DA CONCEICAO BORGES AGUIAR, WAGNER SANTOS MARINS e seus cônjuges se casado(a)(s) for(em) e o RECLAMADO: TAXI EXPRESSO LTDA - ME, ADVOGADO: ROGERIO SIMOES ALVES, OAB: 9378, RECLAMADO: MARIA DA CONCEICAO BORGES AGUIAR, RECLAMADO: WAGNER SANTOS MARINS, ADVOGADO: DANIELLY RAMOS DA SILVA, OAB: 26582.

Caso alguma das partes se encontre em local incerto e não sabido, este edital servirá como intimação.

Dado e passado nesta cidade de VITORIA/ES.

Eu, PAULO CESAR DE OLIVEIRA MONJARDIM, digitei.

VITORIA/ES, 02 de julho de 2025.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA MONJARDIM

Assessor



Documento assinado eletronicamente por PAULO CESAR DE OLIVEIRA MONJARDIM, em 02/07/2025, às 15:37:08 - 02a1008
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/25070215365269200000039859479?instancia=1>
Número do processo: 0001420-52.2016.5.17.0011
Número do documento: 25070215365269200000039859479